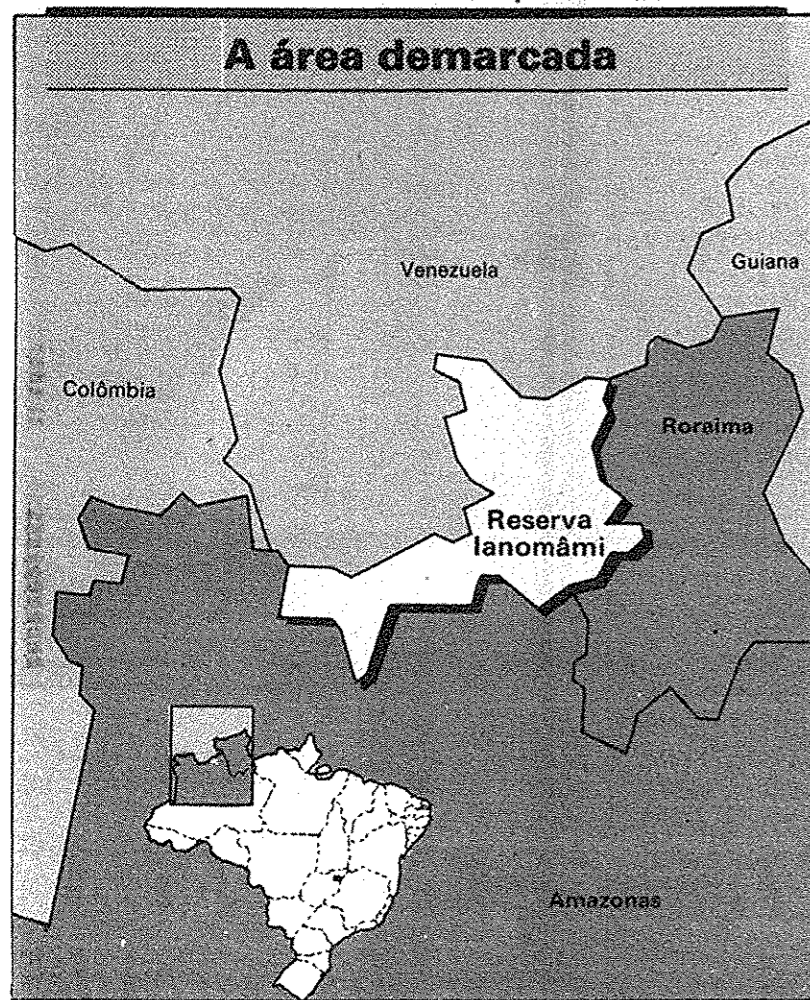


ÍNDIOS



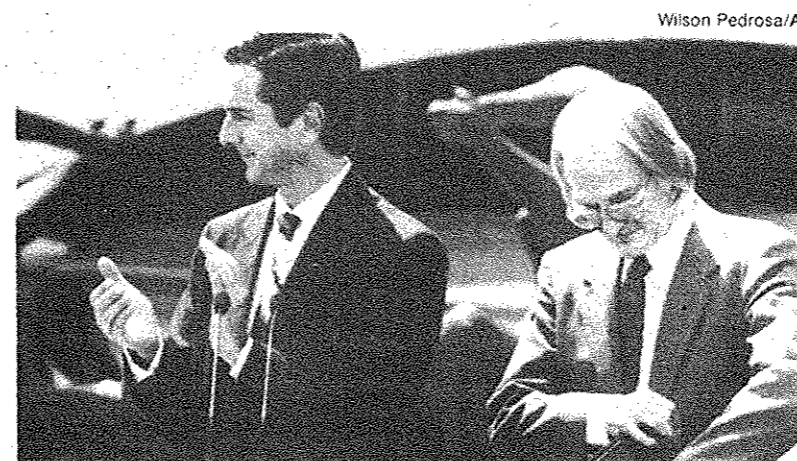
Governo cria reserva ianomâmi

Área tem 9,4 milhões de hectares e inclui faixa de fronteira com a Venezuela

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor assinou ontem o reconhecimento das terras dos índios ianomâmis. A área, de 9.419.108 hectares, deverá ser demarcada em seis meses, de acordo com informação do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sidney Possuelo.

Na solenidade, nos jardins do Palácio da Alvorada, o presidente disse que a decisão se apoiava em "sólido consenso no âmbito do Executivo", mas o ministro do Exército, general Carlos Tinoco, não aplaudiu o ato presidencial. Os militares, com o apoio do ministro da Educação, José Goldemberg, defendiam a redução da área em 2 milhões de hectares, alegando que seria necessário preservar a faixa de fronteira com a Venezuela, por questão de segurança nacional.

Mais de uma vez, Collor abordou o assunto em seu discurso. "Com a decisão de hoje, a soberania continua intacta e saiu reforçada, pois estamos colocando em prática o artigo



Wilson Pedrosa/AE

Opiniões divergentes

Collor e Lutzenberger na cerimônia de oficialização da reserva: sem o aplauso do general Tinoco

20 da Constituição, que inclui, entre os bens da União, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios", afirmou. O ministro Passarinho também se encarregou de dizer que "es-

sas preocupações foram neutralizadas". O general Tinoco parecia não concordar. "Não tenho nenhuma declaração a fazer", disse aos jornalistas.

O reconhecimento das ter-

ras dos ianomâmis foi acertado em reunião ministerial realizada na quarta-feira. Teria pesado na decisão a informação levada do ministro da Justiça, Francisco Rezek, sobre as ameaças das Organizações Não Governamentais (ONG) de todo o mundo de boicotar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), caso não houvesse demarcação. Lutzenberger também teria ameaçado deixar o cargo se o governo recuasse.

A decisão foi divulgada em cinco idiomas (inglês, francês, alemão, italiano e japonês). Sidney Possuelo informou que o custo da demarcação deverá ser de Crs 3 bilhões.

Collor aproveitou a ocasião para anunciar o plano de trabalho das Diretrizes Estratégicas para o Desenvolvimento da Amazônia. Durante a manhã, o presidente falou, em reunião com o ministério, sobre a ideologia nacionalista do seu governo e criticou o discurso dos grupos ecológicos, considerado radical.